



156
8

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0201.02/2020
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1. OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE.

1.2. O gerenciamento da ata de registro de preços oriunda deste processo licitatório caberá à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no seu aspecto operacional.

1.3. São órgãos participantes do presente processo administrativo as Secretarias Municipais de: Saúde, Gestão Hospitalar, Infraestrutura, Governo, Administração, Finanças, Assistência Social e Desenvolvimento, Agricultura e Meio-Ambiente.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, REFERENCIAL DOS PREÇOS E DIVISÃO DOS LOTES.

2.1. Os preços em referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Compras do Município de São Luis do Curu – CE, anexas aos autos deste processo.

2.2. Quanto à divisão técnica do lote os itens foram agrupados tendo em vista os mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a execução dos serviços, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

2.2.1. No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois as secretarias solicitantes não contam com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Desta feita optamos pelo critério de julgamento menor preço por lote.

2.2.3. No que diz respeito ao princípio da economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. IMPRES	UNID	QUANT MÊS.
01	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES,	01	MÊS	12

2



157

	MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. QUANTIDADE: 01.			
02	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m², CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE SAÚDE. QUANTIDADE: 02.	02	MÊS	12
03	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m², INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE SAÚDE. QUANTIDADE: 04.	04	MÊS	12
04	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m², INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE GESTÃO HOSPITALAR. QUANTIDADE: 01.	01	MÊS	12
05	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE	02	MÊS	12



158

	DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m ² , CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE FINANÇAS . QUANTIDADE: 02.			
06	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m ² , CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . QUANTIDADE: 02.	02	MÊS	12
07	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . QUANTIDADE: 04.	04	MÊS	12
08	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m ² , CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET	02	MÊS	12



	10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . QUANTIDADE: 02.			
09	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . QUANTIDADE: 06.	06	MÊS	12
10	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m ² , CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO . QUANTIDADE: 05.	05	MÊS	12
11	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO . QUANTIDADE: 10	10	MÊS	12
12	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE	05	MÊS	12



160

	DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE GOVERNO . QUANTIDADE: 05			
13	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO , COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO. SECRETARIA DE AGRICULTURA . QUANTIDADE: 01	01	MÊS	12
14	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA: requisitos técnicos mínimos: função: impressão, cópia e digitalização. velocidade de impressão 33ppm preto e 15 ppm color resolução de impressão 5700x1440 dp! Resolução óptica de 1200dpi. Área de digitalização: 21,6x29,7cm, capacidade de entrada de papel: 100 folhas a4/10 envelopes. Capacidade de saída de papel: 30 folhas a4, conectividade padrão usb 2.0 compatível com usb 1.1, conexão wireless 802.11 b/g/n, equipada com sistema de alimentação contínua de tinta bulkink, com capacidade para armazenamento de 280 ml(70 ml para cada cor) fornecimento de uma recarga completa por mês para cada impressora. SECRETARIA DE SAÚDE . QUANTIDADE: 01	01	MÊS	12
15	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA: requisitos técnicos mínimos: função: impressão, cópia e digitalização. velocidade de impressão 33ppm preto e 15 ppm color resolução de impressão 5700x1440 dp! Resolução óptica de 1200dpi. Área de digitalização: 21,6x29,7cm, capacidade de entrada de papel: 100 folhas a4/10 envelopes. Capacidade de saída de papel: 30 folhas a4, conectividade padrão usb 2.0 compatível com usb 1.1, conexão wireless 802.11 b/g/n, equipada com sistema de alimentação contínua de tinta bulkink, com capacidade para armazenamento de 280 ml(70 ml para cada cor) fornecimento de uma recarga completa por mês para cada impressora. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . QUANTIDADE: 01.	01	MÊS	12
16	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA: requisitos técnicos mínimos: função: impressão, cópia e digitalização. velocidade de impressão 33ppm preto e 15 ppm color resolução de impressão 5700x1440 dp! Resolução óptica de	01	MÊS	12



161

	1200dpi. Área de digitalização: 21,6x29,7cm, capacidade de entrada de papel: 100 folhas a4/10 envelopes. Capacidade de saída de papel: 30 folhas a4, conectividade padrão usb 2.0 compatível com usb 1.1, conexão wireless 802.11 b/g/n, equipada com sistema de alimentação contínua de tinta bulkink, com capacidade para armazenamento de 280 ml(70 ml para cada cor) fornecimento de uma recarga completa por mês para cada impressora. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. QUANTIDADE: 01			
17	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA: requisitos técnicos mínimos: função: impressão, cópia e digitalização. velocidade de impressão 33ppm preto e 15 ppm color resolução de impressão 5700x1440 dp! Resolução óptica de 1200dpi. Área de digitalização: 21,6x29,7cm, capacidade de entrada de papel: 100 folhas a4/10 envelopes. Capacidade de saída de papel: 30 folhas a4, conectividade padrão usb 2.0 compatível com usb 1.1, conexão wireless 802.11 b/g/n, equipada com sistema de alimentação contínua de tinta bulkink, com capacidade para armazenamento de 280 ml(70 ml para cada cor) fornecimento de uma recarga completa por mês para cada impressora. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. QUANTIDADE: 01	01	MÊS	12

2.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.3.1. Das características **MÍNIMAS** dos equipamentos a serem locados:

a) MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA DE PEQUENO PORTE:

• FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m², INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/ 10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, **MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO**, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO.

b) MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA DE GRANDE PORTE:

• FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m², CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, **MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO**, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO.



2.3.2. Demais especificações:

- a) **GESTÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES:** deve ser fornecido *software* para gestão de cópias e impressões, possibilitando o gerenciamento de usuários, contabilização de cópias em tempo real;
- b) **GESTÃO DO EQUIPAMENTO:** o equipamento deve permitir ser bloqueado remotamente, pelo *software* de gerenciamento. Deve possuir, ainda, a capacidade de criar / armazenar o mínimo de 100 (cem) usuários por impressora, facilitando o controle de uso do equipamento;
- c) **SOFTWARE EMBARCADO:** O equipamento deve permitir a instalação de *softwares* embarcados, desenvolvidos para o equipamento. A CONTRATANTE pode solicitar o desenvolvimento ou instalação de até 02 (dois) *softwares* (*softwares* que visem pequenas automatizações de processos, com correção de provas, pesquisas, digitalização em PDF pesquisável ou similares), sem custos para a CONTRATANTE; deve permitir interação com *softwares* embarcados em sua própria tela, seja por toque (*touch screen*) ou por botões – Item válidos para modelos que suportem *softwares* embarcados;
- d) Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais lacradas, que serão abertas na presença de funcionários designados para o recebimento dos equipamentos. Deverá estar em perfeitas condições de funcionamento, atender os padrões de mercado e deverão satisfazer as especificações exigidas, e estar em linha de fabricação;
- e) O comodato deve incluir fornecimento de material de consumo (exceto papel), substituição de peças e assistência técnicas (incluindo peças);
- f) O envio de toners, peças ou módulos é de responsabilidade da CONTRATADA;
- g) Cada máquina deverá ter, no mínimo, 01 (um) toner de reserva. Casos específicos para toners adicionais poderão ser definidos pela CONTRATANTE;
- h) A instalação e treinamento (caso necessário) fica por conta da CONTRATADA;
- i) Atendimento e resolução de chamadas (inclusive com troca de equipamento, se necessário), em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;
- j) A CONTRATADA deverá fornecer telefone e e-mail para abertura de chamados;
- k) Caso o equipamento de um determinado setor seja trocado por 03 (três) vezes em um mesmo mês, o equipamento deverá ser trocado por um novo, de primeiro uso;
- l) Especificar marca/modelo dos equipamentos que constam na proposta do proponente;
- m) Fornecer catálogo do produto comprovando que o mesmo está de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência, de forma que possibilite evidenciar, com a absoluta clareza, o equipamento ofertado;
- n) O prazo máximo para instalação do equipamento, após emissão da Ordem de Serviços, será de 05 (cinco) dias úteis.

2.3.3. Das obrigações do contrato decorrentes das locações dos equipamentos:

- a) No regramento de *outsourcing de impressão*, a responsabilidade pelos equipamentos e custos com as impressoras descritas, os suprimentos e os insumos que se fizerem necessários à execução do serviço, é incidida unicamente para a CONTRATADA, sendo pago somente os serviços efetivamente executados.
- b) Os serviços, fornecimentos e produtos objeto deste certame deverão obrigatoriamente obedecer às especificações técnicas anexadas neste Termo de Referência;



163
8

- c) Caso algum item/produto/serviço esteja em desacordo com as especificações elencadas, não serão aceitos, sendo o ônus do pretenso contratado a substituição, de forma IMEDIATA, do produto ou serviço apresentado por outro que atenda às exigências feitas;
- d) No preço proposto devem estar inclusas todas as despesas com mão de obra, deslocamentos dentro do Estado do Ceará, encargos sociais, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e Indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados.
- e) Após a assinatura do Contrato, não poderá a CONTRATADA entregar produto, bem, material, equipamento e serviço diferentes do disposto neste Termo e diferente do constante da proposta vencedora, sob pena de aplicação de multa e demais sanções, bem como rescisão contratual.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação faz-se necessária devido ao grande número de impressões e cópias de documentos internos, bem como serviços administrativos e burocráticos das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu – CE.

3.2 – As Impressoras, objeto deste Termo, servirão para diversos setores desta Prefeitura Municipal, que possuem necessidades de qualidade de impressão na execução de suas atribuições, como também de cópias no tamanho A4 com muita frequência.

3.3 – Com o propósito de reduzir custos com manutenção corretiva e preventiva, trocar de toner/cartuchos, esta Prefeitura Municipal deixou de adquirir e passou a locar impressoras a laser/jato de tinta que imprimem no tamanho A4, objeto deste Termo de Referência.

4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados não cadastrados no Município de São Luís do Curu – CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

4.2. Os documentos de habilitação, compreendidos nesse item, deverão ser enviados ao e-mail da Comissão Permanente de Licitação do Município de São Luis do Curu – CE (licitacaopmslc2019@gmail.com), dentro do prazo de 01 (uma) hora após convocação do Pregoeiro através do *chat* do sistema de pregão eletrônico, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo de 02 (dois) dias com atendimento de 08h (oito horas da manhã) até as 12h (meio dia), contados a partir do 1º dia útil subsequente ao envio eletrônico, endereço: Rua Rochael Moreira, S/N, Centro, São Luis do Curu – CE. Att. Pregoeiro do Município de São Luis do Curu – CE – Otacilio Pinho Junior.

4.3. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa firma individual, no registro público de empresa mercantil da junta comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da junta comercial onde opera com averbação no registro da junta comercial onde tem sede a matriz.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todos os seus aditivos e/ou último aditivo consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da



junta comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da junta comercial onde opera com averbação no registro da junta comercial onde tem sede a matriz.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas – no cartório de registro das pessoas jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no cartório de registro das pessoas jurídicas do Estado onde opera com averbação no cartório de registro das pessoas jurídicas onde tem sede a matriz.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Alvará de Funcionamento, expedido pelo Município sede da licitante.

4.4. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estaduais ou municipais, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.4.3. Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e dívida ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº. 1.751/14.

4.4.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação certidão negativa de débitos para com a fazenda estadual de seu domicílio.

4.4.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS).

4.4.6. Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF).

4.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.5.1. Certidão de negativa de falência ou concordata/recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa – vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios – devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta de preço, acompanhado do termo de abertura e do termo de encerramento do livro diário, devidamente registrados na junta comercial competente.

4.6. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



4.6.1. Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação e firma reconhecida do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação.

4.7. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.7.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste edital.

4.7.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93).

4.7.3. Declaração do fabricante, em papel timbrado e com firma reconhecida, assegurando ser sua revenda autorizada no Estado do Ceará e que possuem assistência técnica credenciada no Estado do Ceará;

4.8. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de São Luís do Curu – CE, a documentação mencionada nos subitens 4.4 e 4.5 poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de São Luís do Curu – CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados no subitens 4.6 e 4.7, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo Pregoeiro.

4.9. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de São Luís do Curu – CE, deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

4.10. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar, os documentos defeituosos em seus conteúdos e formas.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Deverá ser adotado o **MENOR PREÇO POR LOTE** como critério de julgamento das propostas de preços apresentadas.

5.2. Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao mesmo proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

5.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.4. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

5.4.1. A proposta de preços deve contemplar todos os itens em sua integralidade.



6. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução dos serviços, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Luis do Curu – CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de São Luis do Curu – CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a)** Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou o termo de contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b)** Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c)** Não manter a proposta ou lance;
- d)** Fraudar na execução do contrato;
- e)** Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, contados do recebimento da ordem de serviços no endereço constante do cadastro de fornecedores ou da ata de registro de preços, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução serviços;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços;

6.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução dos serviços, às atividades do Município de São Luis do Curu – CE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

6.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

6.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

6.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

6.4. O fornecedor beneficiário da ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

6.4.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços e/ou contrato.

6.4.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.



6.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

6.4.4. Tiver presentes razões de interesse público.

7. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

São Luis do Curu - CE, 02 de Janeiro de 2020



168
8

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020

Razão Social:

CNPJ Nº.:

Endereço:

Fone/Fax:

Banco:

Agência Nº.:

Conta Corrente Nº.:

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU/CE.

LOTE 1 – MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA FRANQUIA MENSAL 15.000						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT IMPRES.	UNIDADE	QUANT MÊS.	VR. UNIT R\$	VR. TOTAL R\$
01	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO/CÓPIA: 33PPM, FORMATO DO PAPEL A4, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600x600 DPI, 1200x600 DPI, 1.200x1200 DPI (a 50% de produtividade), DUPLEX AUTOMÁTICO, ALIMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PADRÃO 50 FOLHAS ARDF, CAPACIDADE DE PAPEL PADRÃO 250 FOLHAS + BYPASS 50 FOLHAS GRAMATURA DO PAPEL: 52 A 162g/m ² , INTERFACE PADRÃO USB 2.0, 100 BASE-TX/10 BASE-T ETHERNET. FRANQUIA MENSAL: 15.000 IMPRESSÕES, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO.	32	MÊS	12		
VALOR GLOBAL DO LOTE 1 R\$						

LOTE 2 – MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA FRANQUIA MENSAL 35.000						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT IMPRES.	UNIDADE	QUANT MÊS.	VR. UNIT R\$	VR. TOTAL R\$
01	LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA. FUNÇÃO: IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E FAX, VELOCIDADE	13	MÊS	12		



DE IMPRESSÃO/ CÓPIA: 43 PPM (A4), RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 1200x1200 DPI, 1200x1200 DPI, REDUÇÃO / AMPLIAÇÃO: 25-400%, REDUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO: 600x600, ÁREA DE DIGITALIZAÇÃO 216x355.6 MM, DUPLEX INTEGRADO, TEMPO DE SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 5 SEGUNDOS, CAPACIDADE DE PAPEL ATÉ 2.100 PÁGINAS, CAPACIDADE DO ALIMENTADOR AUTOMÁTICO 75 PÁGINAS GRAMATURA PADRÃO 60-176g/m ² , CONEXÃO PADRÃO USB 2.0 (HI-SPEED) TIPO B, ETHERNET 10/100 BASE TX, COMPATÍVEL COM 1000 BASE-T. FRANQUIA MENSAL: 35.000 IMPRESSÕES POR EQUIPAMENTO, SEM EXCEDENTES, MAQUINA NOVA PRIMEIRO USO, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24H, COM 01 (UM) TONER RESERVA ORIGINAL EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPOSIÇÃO.					
VALOR GLOBAL DO LOTE 2 R\$					

LOTE 3 – MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT IMPRES.	UNIDADE	QUANT MÊS.	VR. UNIT R\$	VR. TOTAL R\$
03	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA: requisitos técnicos mínimos: função: impressão, cópia e digitalização. velocidade de impressão 33ppm preto e 15 ppm color resolução de impressão 5700x1440 dp! Resolução óptica de 1200dpi. Área de digitalização: 21,6x29,7cm, capacidade de entrada de papel: 100 folhas a4/10 envelopes. Capacidade de saída de papel: 30 folhas a4, conectividade padrão usb 2.0 compatível com usb 1.1, conexão wireless 802.11 b/g/n, equipada com sistema de alimentação contínua de tinta bulkink, com capacidade para armazenamento de 280 ml(70 ml para cada cor) fornecimento de uma recarga completa por mês para cada impressora.	04	MÊS			
VALOR GLOBAL DO LOTE 3 R\$						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ()

Prazo de entrega máximo: 05 (cinco) dias

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre a execução dos serviços referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.



770
8

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020
ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

DECLARAÇÃO

<<<**RAZÃO SOCIAL, CNPJ Nº. e ENDEREÇO**>>>, DECLARA:

- a) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Luís do Curu/CE, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, publicada no DOU de 28/10/99, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Luís do Curu/CE, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
- c) Que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93.
- d) Declaramos para os devidos fins que somos enquadrado como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, não havendo nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º da Lei Complementar Nº. 123/06.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020
ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. ____, com sede na ____, neste ato através da Secretaria Municipal de ____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). ____, doravante denominado CONTRATANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), conforme relação constante no anexo II desta ata registro de preços, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente ata de registro de preços tem origem no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Federal Nº. 7.892/13, da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Nº. 10.520/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente ata de registro de preços o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU/CE**, tudo conforme especificações contidas no termo de referência constante do anexo I do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020**, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários nominados no anexo II desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de sua assinatura, improrrogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Saúde, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados, a especificação dos serviços, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no anexo II e anexo III da



presente ata de registro de preços, em ordem de classificação das propostas de preços por item.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os serviços licitados deverão ser executados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da expedição da ORDEM DE SERVIÇOS no indicado pela Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus anexos, e na legislação pertinente.

7.2. As contratações dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através de ORDEM DE SERVIÇOS, emitida pela Secretaria Municipal de _____, contendo: o número da ata de registro de preços, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações do FORNECEDOR, o endereço e a data de entrega.

7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta ata de registro de preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.4. Este instrumento não obriga o Município de São Luis do Curu – CE a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de execução dos serviços, em igualdade de condições.

7.5. A ORDEM DE SERVIÇOS será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município de São Luis do Curu – CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a ORDEM DE SERVIÇOS, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de execução dos serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

8.1. O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os serviços pelo Município de São Luis do Curu – CE, na proporção da execução dos serviços licitados, segundo as ordens de serviços expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços devidamente registrados.

8.2. Por ocasião da execução dos serviços o FORNECEDOR deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome da Secretaria Municipal de _____.

8.2.1. Todas as informações necessárias à emissão da fatura/nota fiscal deverão ser requeridas junto a Secretaria Municipal de _____.



8.3. O Município de São Luis do Curu – CE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.3.2. Para cada ORDEM DE SERVIÇOS, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “on-line” às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de São Luis do Curu – CE, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.5. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva da execução dos serviços.

8.4. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) anos de seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ORDEM DE SERVIÇOS, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, “d” da Lei Nº.8.666/93, alterada e consolidada.

8.5.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta de preços e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.5.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de São Luis do Curu – CE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

8.5.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de São Luis do Curu – CE convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de execução dos serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

8.5.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de São Luis do Curu – CE, responsável pela elaboração e emissão da referida planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor:

- a) Executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de _____, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta ata de registro de preços e no termo de referência, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução dos serviços, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução dos serviços;
- c) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Luis do Curu – CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Indicar preposto, aceito pela Secretaria Municipal de _____, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do FORNECEDOR deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de _____;
- g) Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela unidade gestora do Município de São Luis do Curu – CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de São Luis do Curu – CE, no tocante a execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ata de registro de preços;
- j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) Comunicar imediatamente ao Município de São Luis do Curu – CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) Possibilitar a Secretaria Municipal de _____ efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;



- n) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de São Luis do Curu – CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os serviços recusados pela Secretaria Municipal de _____, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no edital ou na sua proposta de preços;
- o) Providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus ao Município de São Luis do Curu – CE, a correção ou substituição, dos serviços que apresentem defeito de fabricação;
- p) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e serviços do Município de São Luis do Curu – CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução dos serviços objeto desta ata de registro de preços;
- q) manter, durante a vigência desta ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste.

9.2. São responsabilidades do fornecedor ainda:

- a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de São Luis do Curu – CE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao Município de São Luis do Curu – CE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução dos serviços, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de São Luis do Curu – CE, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o Município de São Luis do Curu–CE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do Município de São Luis do Curu – CE não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta ata de registro de preços.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O Município de São Luis do Curu – CE obriga-se a:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser executados os serviços;
- b) Permitir ao pessoal do FORNECEDOR acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata de registro de preços;
- d) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA



11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Nº. 8.666/93 e as disposições do Decreto Federal Nº. 7.892/13.

CLÁUSULA DOZE – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.2. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar ao órgão gerenciador (Secretaria Municipal de _____) para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3. Caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços decorrentes da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de São Luís do Curu – CE.

12.4. As contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Secretaria Municipal de _____.

12.4.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Secretaria Municipal de _____, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

13.1.1. Pelo Município de São Luís do Curu – CE:

- a) Quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de _____, sem justificativa aceitável;
- c) Quando o fornecedor não assinar a ORDEM DE SERVIÇOS no prazo estabelecido;
- d) Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da ORDEM DE SERVIÇOS decorrente desta ata de registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Nº.8.666/93;
- f) Em qualquer hipótese de entrega total ou parcial da ORDEM DE SERVIÇOS decorrente desta ata de registro de preços.

13.1.2. Pelo FORNECEDOR:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ata de registro de preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Nº.8.666/93;



13.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

13.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata de registro de preços.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na afixação do flanelógrafo do Município de São Luis do Curu – CE ou em jornal de grande circulação estadual, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de São Luis do Curu – CE, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

13.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ORDEM DE SERVIÇOS já emitida.

13.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas a execução dos serviços.

13.7. Caso o Município de São Luis do Curu – CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ata de registro de preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

14.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

14.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Luis do Curu – CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de São Luis do Curu – CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a)** Apresentar documentação falsa exigida;
- b)** Não manter a proposta de preços;
- c)** Fraudar na execução da ata de registro de preços;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo.

14.1.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇOS no endereço constante do cadastro ou da ata de registro de preços, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias.

14.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços licitados.

14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução dos serviços, às atividades do Município de São Luis do Curu – CE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do



licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

14.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA QUINZE – DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei Nº.8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no respectivo orçamento municipal vigente, em favor da Secretaria Municipal de _____, à época da expedição das competentes ordens de serviços.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de registro de preços.

17.1.2. Integram esta ata de registro de preços os seus anexos, o edital de pregão eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas de preços das empresas classificadas.

17.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de São Luis do Curu – CE.

17.2. O Município de São Luis do Curu – CE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao Município de São Luis do Curu – CE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

17.4. O FORNECEDOR, na execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Secretaria Municipal de _____.



180
[Handwritten signature]

CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

18.1. O foro da Comarca de São Luis do Curu – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste termo, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº.8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<UNIDADE GESTORA>>>
<<<ORDENADOR(A) DE DESPESAS>>>
ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE

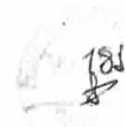
<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____

[Handwritten signature]



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO I – UNIDADE(S) GESTORA(S) INTERESSADA(S)

ÓRGÃO GERENCIADOR

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Ordenadora de Despesas: Charles Antônio de Oliveira Silva Junior

CNPJ Nº: 15.482.943/0001-75

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Ordenador de Despesas: Lenildo Nepomuceno Duarte

CNPJ Nº.: 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ordenador de Despesas: Pedro de Alcântara Rodrigues Pinho

CNPJ Nº.: 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenadora de Despesas: Hedy-Lane Moura Araújo

CNPJ Nº.: 12.015.253/0001-18

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ordenadora de Despesas: Renata Pimentel Abreu Barroso Moura

CNPJ Nº.: 13.815.247/0001-08

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Ordenador de Despesas: José Milson Ferreira Luz

CNPJ Nº.: 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ordenador de Despesas: Ricardo Abreu Barroso

CNPJ Nº.: 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

7. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ordenador de Despesas: José Carneiro Cipriano

CNPJ Nº.: 07.623.051/0001-19



Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE

8. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO HOSPITALAR

Ordenadora de Despesas: Hedy-Lane Moura Araújo

CNPJ N.º.: 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro , São Luis do Curu – CE



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO II – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

1. RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Representante legal: _____

CPF Nº.: _____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____

**ANEXO III – REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS,
QUANTITATIVOS, EMPRESAS DETENTORAS DO REGISTRO**

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____**, celebrada entre o Município de São Luís do Curu – CE, através da Unidade Gestora listada no anexo I desta ata e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item.

1. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº: ____

<<<RELACIONAR ITENS>>>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020
ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº. ____, com sede na ____, através da Secretaria de ____, neste ato representado pelo Sr. ____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à ____, inscrita no **CNPJ Nº. ____**, por seu representante legal, Sr. ____, CPF Nº. ____, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente termo de contrato tem origem na **ATA DA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____**, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.02/2020**, em conformidade com a Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações c/c os termos da Lei Nº. 10.520/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE**, conforme itens abaixo listados.

LOTE ____						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT IMPRES.	UNIDADE	QUANT MÊS.	VR. UNIT R\$	VR. TOTAL R\$
VALOR GLOBAL DO LOTE R\$						

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ ____ (____)**, a ser pago na proporção da execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta de preços adjudicada.

3.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após a execução dos serviços, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

3.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do prestador ou através de cheque nominal.

3.3. Por ocasião da execução dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de São Luís do Curu – CE – Secretaria de ____.

[Handwritten signature]



286
8

3.4. Todas as informações necessárias à emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a Secretaria Municipal de ____.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento contratual produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ____ de ____ de ____, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Nº. 10.520/02.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a:

6.2.1. Executar os serviços licitados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇOS, nos locais determinados pelo Município de São Luís do Curu – CE, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Luís do Curu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

6.2.2. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. Efetuar o pagamento a CONTRATADA na forma prevista neste instrumento;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO

7.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo art. 65 da Lei Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.



7.2. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação da CONTRATADA devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N.º 8.666/93.

8.1.1. Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do mesmo, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Luís do Curu – CE e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de São Luís do Curu – CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) Não manter a proposta ou lance;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da ORDEM DE SERVIÇOS no endereço constante do cadastro ou contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos serviços, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução dos serviços;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços do bem requisitado.

8.1.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução dos serviços, às atividades do Município de São Luís do Curu – CE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei N.º 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso.

8.2. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no edital, as multas pecuniárias previstas neste instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município de São Luís do Curu – CE em favor da CONTRATADA ou cobrada judicialmente, na inexistência deste.

8.3. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO



9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no edital.

9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei Nº. 8.666/93.

9.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

10.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Município de São Luis do Curu – CE ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.

10.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.6. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

10.7. O Município de São Luis do Curu – CE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do termo de referência, da proposta de preços e deste contrato.

10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta de preços adjudicada.

10.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Ordenador(a) de Despesas Secretaria Municipal de _____, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de São Luis do Curu – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>



MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<UNIDADE GESTORA>>>
<<<ORDENADOR(A) DE DESPESAS>>>
CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____

